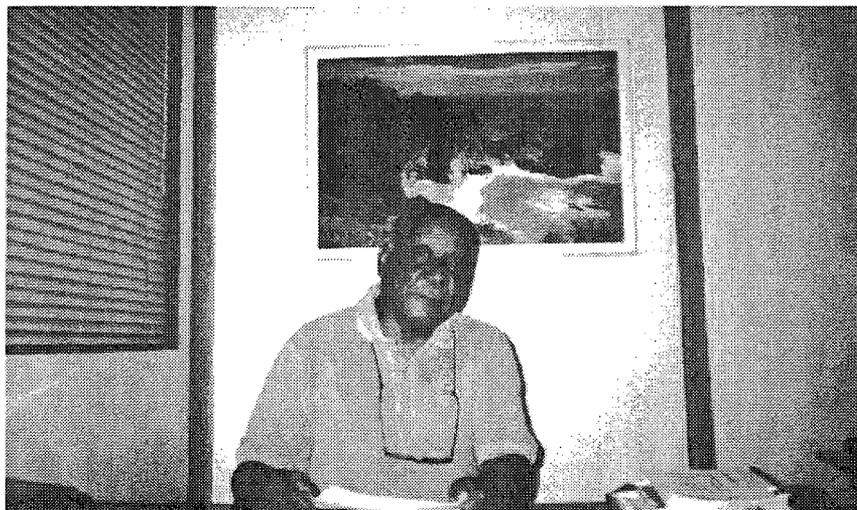


Trajatória e Opiniões de um Verdadeiro Professor

Entrevista com o Professor Maurício Silva Santos



O professor Maurício Silva Santos concluiu sua licenciatura em Geografia na antiga Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ) em 1954, e, no ano seguinte, seu bacharelado, iniciando em seguida sua carreira de geógrafo no IBGE.

É consultor da Associação Brasileira de Tecnologia Educacional (ABTE) e coordenou

pesquisas sobre população abrigada e crianças e adolescentes de rua para a Fundação para Infância e Adolescência (FIA), tendo publicado dois livros sobre o assunto.

Por meio de sua ampla experiência docente, tem procurado valorizar o trabalho do profissional em Geografia, particularmente do professor de ensino básico e médio.

**ENTREVISTA CONDUZIDA POR NADJA MARIA CASTILHO DA COSTA.
RIO DE JANEIRO, NOVEMBRO DE 2002.**

Geo UERJ – Prof. Maurício, poderia falar um pouco sobre as suas atividades profissionais como geógrafo do IBGE?

Prof. Maurício – Comecei como estagiário, em 1952, e retornei em 1956, após ter concluído a licenciatura e o bacharelado, permanecendo até 1963. Trabalhei nos Setores de Climatologia e de Geografia Econômica, da Seção de Estudos Sistemáticos. Atuei, sob a coordenação do Prof. Edgar Kuhlmann, como apresentador de aspectos

da Geografia da cidade do Rio de Janeiro para geógrafos estrangeiros (francófonos) que aqui estiveram no XVIII Congresso Internacional de Geografia. Atuei em trabalhos de campo com a professora Lysia Bernardes (Pescadores Poveiros na Colônia de Pesca do Caju) e com o professor Miguel Alves de Lima (O Planalto da Bocaina. Um Problema de Geografia Física – Tese – Livre-Docência, UDF, 1956). Participei, sob a chefia de Alfredo José Porto Domingues, do primeiro trabalho de levantamento sobre a econo-

90

mia recente (1958) do Espinhaço e Chapada Diamantina, em companhia de Jorge Xavier da Silva e Aloysio Capdeville Duarte, e fui o responsável pelo texto “Economia do Planalto Baiano” – Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, volume VI. Entre 1958 e 1959, redigi um grande número de textos-legendas de fotografias que integraram a Enciclopédia dos Municípios, textos de conteúdo geográfico para o libreto que acompanhava a coleção de 840 diapositivos (preto e branco) sobre a Geografia do Brasil e também participei da elaboração do Atlas do Brasil e do Atlas Nacional do Brasil, para o qual redigi textos e elaborei mapas econômicos. Produzi, em co-autoria com Antônio Teixeira Guerra, o primeiro estudo feito pelo IBGE em que se conceitua “Região Sudeste” - “Geografia do Brasil – Roteiro de uma Viagem” (1960); ministrei aulas nos cursos de Informação Geográfica e de Férias para professores de Geografia – uma das melhores coisas que o antigo Conselho Nacional de Geografia fez pelo ensino da Geografia no Brasil. Frequentei diversos cursos que, compulsoriamente, os geógrafos – principalmente os mais novos – deveriam cursar; entre eles, vários envolvendo Climatologia, Geomorfologia, Geografia Econômica, Geografia e Geologia do Petróleo, além de um longo curso sobre o Rio de Janeiro, organizado pela AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Regional do Rio de Janeiro) no ano do IV Centenário - 1965. Trabalhei, também, na Divisão Cultural, sob a chefia de Antônio T. Guerra, lotado no Setor de Assistência ao Ensino, assessorando professores e alunos nas pesquisas que realizavam.

Geo UERJ – Houve algum geógrafo contemporâneo que tenha influenciado a sua trajetória profissional? De que maneira isso aconteceu?

Prof. Maurício – Em primeiro lugar, devo esclarecer que a dimensão do meu “contemporâneo” sincroniza com os meus tempos. Fui aluno de

Francis Ruellan por cinco anos (1951-1955) e diria que foi com ele que aprendi a parte básica da pesquisa de campo, mais tarde enriquecida com o que aprendi com Guerra, Kuhlmann, Alfredo Porto Domingues, Lysia Bernardes, Miguel Alves de Lima e Heloísa de Carvalho, estes, no IBGE. Através da convivência em trabalhos de campo, durante as assembléias da Associação dos Geógrafos Brasileiros, aprendi muito com Aziz Ab’saber, Pasquale Petrone e, em um nível muito especial, com o grande Milton de Almeida Santos. Por ter sido, por cinco anos, professor da disciplina Cartografia – um dos cursos extracurriculares que fiz, cinco anos consecutivos, enquanto aluno da graduação – e por ter participado de muitos trabalhos de campo no meu tempo escolar, ou nas excursões pelo Vale do São Francisco e Roraima, com Ruellan, devo uma boa parte da minha prática de campo ao Prof. Héldio Xavier Lenz Cezar (atualmente, cartógrafo da ONU, residindo e trabalhando em Nova York). Pude adquirir, também, uma boa base em Geomorfologia Climática, com um curso ministrado em 1957, pelo professor Jean Tricart. Tenho lido (bem devagar, por causa da profundidade de seu linguajar e pela correlação com a Filosofia) os estudos do professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro.

Geo UERJ – Os cursos de Geografia (bacharelado e licenciatura), em nível nacional, vêm passando por transformações significativas. Como o senhor as descreve? Na sua opinião, a UERJ acompanhou tais transformações?

Prof. Maurício – Na minha trajetória acadêmica, quer como aluno, quer como professor, tive a oportunidade de conviver com dois cismas: o primeiro, aquele que separou a História da Geografia; o segundo, dentro da Geografia, em que se criaram currículos diferenciados para a licenciatura e para o bacharelado.

Tanto um quanto o outro mereceriam longas digressões que não seriam oportunas em uma

entrevista curta. Mas é necessário que se diga que, a seu tempo, estes cismas abriram a possibilidade de maior aprofundamento e especialização, de um lado, para o historiador e o geógrafo, de outro, para o professor e o especialista. Cedo, percebi que não poderia ser um profissional “mais-ou-menos” em dois campos científicos muito exigentes quanto à competência. A minha primeira providência foi “congelar” a História, pois a Geografia abriu-se primeiro para mim, como professor-regente do Colégio de Aplicação da FNFI e geógrafo do IBGE. Ao ingressar no ensino superior, na SUESC (1958-61), UERJ (1959-92) e Gama Filho (1963-69), tive a possibilidade de conciliar ensino e pesquisa.

As transformações que se operaram quanto à aquisição de recursos materiais e financeiros, nas estruturas curriculares e respectivas cargas horárias e na qualificação do corpo docente, ao que tenho acompanhado e sido informado por companheiros do Rio Grande do Sul, Pernambuco, Mato Grosso, Minas Gerais e Grande Rio, vêm definindo a aproximação de novo cisma, que, a meu ver, abrirá um leque bem amplo de opções aos postulantes às profissões de nível superior: o professor de Geografia, recebendo melhor formação com os conteúdos das ciências pedagógicas, e os geógrafos podendo escolher, segundo determinadas faculdades, um viés dirigido para as áreas Ecológica e Ambiental, e, em outras, verticalizando para as áreas da Interpretação Geomorfológica, e uma terceira, a mais holística, valorizando todos os campos de abrangência das ciências geográficas, relacionando-as com políticas públicas, centradas no homem como ser social.

A UERJ, a meu ver, transita pelo centro desse triângulo: entre os anos 60 e 85, pelo menos, uma porcentagem elevada dos professores de Geografia, aprovados nos concursos públicos do Rio de Janeiro (estado e município), tinha se licenciado pela UERJ. Hoje, nas universidades da Região Metropolitana, muitos docentes-pesquisadores fizeram sua graduação na UERJ, inclusive entre os atuais docentes da própria UERJ.

Geo UERJ – Baseado em sua grande e significativa experiência docente, como o senhor vê a atuação do professor de Geografia nos três segmentos do ensino (fundamental, médio e superior)? Particularmente quanto ao ensino básico em Geografia (fundamental e médio), o senhor acredita que haja diferenças significativas entre o conteúdo ministrado nas escolas públicas em relação às particulares?

Prof. Maurício – Primeiramente, cabe estabelecer a diferença que há entre a Geografia como contribuinte para a formação biopsicossocial e da cidadania da criança e do adolescente, e a Geografia-Ciência e Tecnologia, ofertando conhecimentos e técnicas que podem ser empregadas em benefício da sociedade. Eis como se estabelece a diferença entre o que se deve fazer no Ensino Fundamental e Médio, e no Ensino Superior.

No primeiro caso, o ensino da Geografia vem sendo conduzido no sentido da formação da cidadania e como fornecedora de conhecimentos que coloquem em sintonia a criança e o adolescente com seu tempo-espço, tanto local como nacional e internacional. O maior testemunho em favor dessa visão é a mudança de metodologia e de abordagem de conteúdos que se observa nos livros didáticos que ocuparam o mercado editorial nacional nos últimos dez anos. É bem provável que a atual geração de universitários que cursam Geografia tenha vindo de uma escola – pública ou privada – cujos professores lhes mostraram uma versão mais moderna dos conhecimentos geográficos.

Quanto ao Ensino Superior, fluiu cada vez mais, nos últimos 50 anos, para a formação do geógrafo, mais do que para o professor de Geografia, por motivos que serão apontados a seguir.

Nas três últimas décadas do século passado, ocorreu um fenômeno nacional de graves conseqüências: a desvalorização da profissão de professor, tanto em relação à sua posição na escala social, quanto à inferiorização salarial, se comparada a outras profissões. Esta desvalorização tem atin-

gido, indistintamente, o ensino público e o particular. Hoje, por exemplo, há falta de professores de Geografia no Estado e no Município do Rio de Janeiro.

Entre 1960 e 1966 (no máximo, 1970), o Rio de Janeiro, copiando o modelo de outros estados (São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais), promoveu concursos anuais para o magistério, para o qual os salários eram justos e a profissão valorizada. Para maior compreensão, em números, no ano de 1963 eu ganhava “X” Cruzeiros para uma carga de 36 horas semanais como geógrafo do IBGE; ao fazer meu segundo concurso, e então, com duas matrículas no Estado da Guanabara, passei a ganhar “2X” cruzeiros, com a mesma carga, ou sejam, 18 horas de aula para cada matrícula! Depois de 1964, e por motivos sabidos, houve um aumento de pressão sobre a qualidade do ensino, principalmente de determinadas disciplinas, como Filosofia, História, Geografia, Música, Literatura, ao mesmo tempo em que um arroxo sucessivo comprimiu o padrão salarial dos professores.

Cassações, prisões, desaparecimentos etc., de professores, principalmente destas áreas, fizeram também com que muitos profissionais do magistério, de excelente qualidade, abandonassem a profissão, tal era o controle e a vigilância exercida sobre o seu trabalho pelo sistema, pais de alunos, diretores de colégio e até falsos colegas, infiltrados, a serviço de órgãos de segurança...

Enquanto no ensino público a ação repressiva se fazia mais diretamente pelo próprio sistema, os salários foram congelados, não acompanhando o ritmo inflacionário, no ensino particular a pressão era exercida pelos pais dos alunos que, numa visão menos limitada, “toleraram” a permanência de “certos professores avançadinhos”, ministrando conhecimentos não necessariamente ortodoxos e admitindo discussões em classe.

Mas a diferença essencial entre a escola privada e a pública, que ocorreria a partir dos anos 60 - 70, é que entre as escolas particulares, definiram-se mais as diretrizes, na medida em que

passaram a oferecer às famílias da classe média e da classe rica um cardápio com opções mais diferenciadas: com salários cada vez melhores do que os da escola pública, colégios religiosos das diversas confissões centravam seus trabalhos na formação moral; outros, orientando suas metas para a formação do futuro universitário, carregavam na massividade do conteúdo. Um subgrupo de escolas de baixa qualidade também figura neste leque de opções.

Em outubro de 1997, o Ministério da Educação e do Desporto, elaborou um estudo denominado “Parâmetros Curriculares – versão preliminar para discussão nacional” (que não ocorreu...), que constituiu a base para uma reforma de diretrizes curriculares para o Ensino Fundamental. Uma equipe de professores de Geografia, em que predominaram os de São Paulo (universitários e de Ensino Médio, autores de livros didáticos aprovados pelo MEC), elaboraram a versão para o terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental, trazendo propostas pedagógicas e alinhamentos programáticos bem sintonizados com a Pedagogia Moderna e com os conteúdos conduzidos dentro de uma visão bem avançada, de uma Geografia moderna.

Não creio que todos os professores de Geografia de hoje estejam a altura do que esta proposta do MEC propõe como trilha ideal para a modernização do ensino. São profissionais com carga horária exaustiva, face à necessidade de fazer receita. Além disso, o excesso de trabalho e as distâncias a percorrer lhes tiram o tempo para se reciclarem. Outro óbice é a não oferta de lugares onde se faria essa atualização. Por tudo isso, parece-me que a universidade – a UERJ, no caso – deveria olhar o problema da revitalização da qualidade do professor de Geografia com bastante atenção e interesse, pois estaria, assim, cumprindo uma de suas finalidades e seu compromisso com a contínua qualificação daqueles profissionais do magistério. A ação consistiria na criação de cursos de extensão e de atualização dos conteúdos da disciplina, desenvolvidos nos perío-

dos de férias escolares, ou recorrendo à modalidade “ensino a distância”, com duração variável e rigoroso controle de qualidade.

Geo UERJ – Hoje o geógrafo é um profissional reconhecido e requisitado nos órgãos públicos e empresas privadas. A que o senhor atribui esse fato? Ao avanço da pesquisa geográfica?

Prof. Maurício – Até em torno de 1964/65, o espaço da pesquisa geográfica era, praticamente, apenas o da pesquisa oficial, praticada pelo Conselho Nacional de Geografia e em poucos outros órgãos do governo (CODEVASF, antiga Comissão do Vale do São Francisco e uma pesquisa isolada, desenvolvida pelos estados abrangidos pela Bacia Paraná-Uruguai – os estudos centrados nos limites das bacias hidrográficas revelavam uma adaptação do modelo norte-americano, quando dos estudos praticados pela Tennessee Valley Authority, para a recuperação da bacia daquele afluente do Mississipi). Ao IBGE, confiava-se missões de alta relevância, como a que daria cumprimento a um dispositivo da Constituição Federal de 1946, que previa a definição da Amazônia, para fins de planejamento, e que resultou em um grande trabalho denominado “Limites Ocidentais e Meridionais da Área de Ocorrência da Amazônia em Território Brasileiro”, coordenado pelo geógrafo Lúcio de Castro Soares. Depois da conjuntura política que se estabeleceu no país (após 1964), os estudos de planejamento foram redirecionados para o viés das ciências econômicas. Criou-se o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e a Fundação Getúlio Vargas. Ambos absorveriam, progressivamente, a supervisão de todos os estudos de planejamento e desenvolvimento nacionais. Os geógrafos, estatísticos e os sociólogos foram substituídos pelos economistas e pelos engenheiros. É nesse clima que surge, depois de grande conflito com os engenheiros, a regulamentação da profissão de geógrafo e o reconhecimento – a duras penas – da validade de seus cursos e das

atribuições que caberiam a esse técnico, com tantas especialidades.

Hoje já se contam inúmeros órgãos e empresas públicas federais, estaduais e até municipais, além de grande oferta de emprego para geógrafos em companhias e empresas privadas; a participação dos geógrafos se dá tanto na elaboração de RIMAs (Relatórios de Impacto sobre o Meio Ambiente), como em estudos de implantação de sistemas de transportes, planejamento educacional, viabilização de uso do solo agrícola e tantos outros. É oportuno acrescentar que o vasto mundo das ciências e tecnologias reconhece que, hoje, os melhores trabalhos serão aqueles que se fizerem em ambiente interdisciplinar; e a interdisciplinaridade é uma das características da Geografia. E, sobre isto, usando um jogo de palavras, meu mestre Josué de Castro (Geografia Humana, 1951/52) dizia que “... a Geografia é a mais superficial das ciências...” reportando-se ao fato de que ela tem sempre algo a ver quando se tratar de algo que esteja ou que se reflita na superfície da Terra.

Geo UERJ – Como o senhor vê, atualmente, a relação da Geografia com as demais ciências, particularmente a História, à qual o senhor sempre esteve mais ligado?

Prof. Maurício – Minha ligação com a História é inerente à minha formação universitária: na velha Universidade do Brasil – hoje UFRJ –, havia, na Faculdade Nacional de Filosofia, o Curso de Geografia e História. Licenci-me nas duas em 1954 e, no ano seguinte, completei o bacharelado (em Geografia Física e História da América). Aprendi e depois pratiquei a interdisciplinaridade desde os primeiros anos de magistério, mostrando, sempre, a relação entre estas duas ciências, tanto nas aulas de História (1951 a 1959) quanto nas de Geografia. Percebi cedo, conforme relatei anteriormente, que havia necessidade de fazer opções na carreira. Assim, como já era geógrafo do IBGE em 1959, optei por

conhecer um pouco mais os campos da Geografia, sobretudo depois de meu ingresso (1958) no Ensino Superior.

Pude sentir, ver e praticar a interdisciplinaridade e acho, particularmente, que tanto nos estudos sobre a Natureza, quanto nos campos políticos e sociais, a Geografia serve, assim, como um elemento de ligação, capaz de “costurar” os conhecimentos produzidos pelas ciências da Terra e do Homem.

Esta reflexão torna bastante difícil a tarefa de formar um geógrafo-modelo, tantas são as ciências que ele precisa conhecer. Parece-me, portanto, mais lógico, num primeiro momento, após a graduação – que deve ser horizontal, holística e abrangente – dar-se um primeiro passo na pós-graduação, verticalizando a formação, em um campo abrangente, mas específico (por exemplo, Geomorfologia, Geografia Agrária). Isto levaria, digamos, a um Curso de Especialização, até a um Mestrado. Depois, com alguns passos dados após essa primeira verticalização, o geógrafo faria uma outra reciclagem, porém com maiores aprofundamentos, pelos outros domínios das ciências geográficas¹.

Através de muito trabalho de campo e de gabinete, congressos, trabalhos em grupo, o geógrafo iria praticando a interdisciplinaridade, contribuindo com o seu conhecimento e, ao mesmo tempo, apreendendo outros, de domínios conexos.

Geo UERJ – Fale um pouco de sua experiência em relação à pesquisa em desenvolvimento, com a Fundação para a Infância e Adolescência (FIA).

Prof. Maurício – Antes: desde a década de 90, quando me aposentei na UERJ, tenho continuado a trabalhar, fazendo palestras, ministrando cursos, oferecendo consultoria e desenvolvendo pesquisas. Ministrei um curso sobre Geografia Política e Econômica do Brasil, no *Istituto Brasileiro de Cultura* (Roma); outros dois sobre Didática do Ensino Superior para professores de Direito, em Asunción

(Paraguai) e Montevideo (Uruguai). Tenho feito palestras para alunos de curso superior (Geografia, História, Pedagogia) e para pré-vestibulandos sobre temas contemporâneos.

Com relação à consultoria, exerço o papel de consultor para assuntos de Geografia, na Associação Brasileira de Tecnologia Educacional; como tal, trabalhei, com uma equipe, na supervisão dos textos de uma coleção de 32 volumes, produzidos para a SUFRAMA, em convênio com a Confederação Nacional da Indústria e o SENAC, destinados à aplicação de conhecimentos de alfabetização e cidadania, na Amazônia Ocidental (1994-97).

De 2000 a 2002, trabalhei em dois projetos para a FIA, com uma equipe de pedagogos, um geógrafo e duas sociólogas, fazendo a programação, pesquisa, processamento de dados e produção de relatórios finais, que resultaram em 4 livros: um sobre “Perfil Social da Criança e do Adolescente Abrigados pela FIA” (um volume de texto, outro de tabelas. Imprensa Oficial, Niterói, RJ, novembro de 2001) e outro sobre “Perfil Social de Crianças e Adolescentes em Situação de Risco na Rua” (também em dois volumes – texto e tabelas. Imprensa Oficial, Niterói, RJ, março de 2002). Muito além do investimento profissional, foi uma experiência humana muito forte: conhecer, em profundidade, as condições subumanas em que vivem essas pessoas, desassistidas tanto por suas famílias – quando existem – quanto pela sociedade como um todo, que as olha e as trata com desprezo ou com medo, ao invés de lhes ofertar carinho.

Geo UERJ – O que o motivou a escrever um livro sobre o atentado de 11 de setembro?

Prof. Maurício – Em dezembro de 2001, recebi um telefonema da professora Marília de Oliveira – ex-aluna minha, na UERJ e, há mais de 30 anos, vizinha e amiga – no qual convidava-me para elaborar, com ela, o ensaio que gerou o “De onde veio o Terror? 11 de setembro de 2001: o dia em que o mundo parou”. Já tínhamos feito trabalhos em conjunto para a Multirio, para o

Exército Brasileiro e para a ABT e, além disto, temos mais ou menos os mesmos pontos de vista e maneira de verbalizar o conhecimento, usando linguagem dialógica. Em vista disto, aceitei o convite e produzimos, meio-a-meio, o livro.

No mesmo embalo, lancei, sozinho, em julho, um outro livro, no qual já vinha trabalhando desde 1999, e que aborda um assunto, de certo modo, correlato: “Divergências Atuais no Oriente Médio. Israelenses, Palestinos e suas Razões”.

Ambos foram editados pela E-Papers. O que presidiu sua elaboração, foi um desejo de trazer para um público de largo espectro (pré-universitários, universitários, pós-graduados em diversas áreas e o público interessado nas questões do mundo atual) uma análise, em linguagem simples, das razões recentes e pregressas das dissensões que vêm afetando as relações dos e com os povos do Oriente Médio, de modo que, com a leitura desses livros, fique mais fácil acompanhar o desenrolar dos acontecimentos do momento e fazer – cada um – seu próprio juízo das questões.

Numa dimensão mais pretenciosa, nosso desejo foi o de contribuir, através das informações, para o desenvolvimento de um segmento maior da sociedade humana, desejoso de paz, compreensão e respeito às diferenças.

Geo UERJ – Quais são os seus principais projetos para o futuro?

Prof. Maurício – Enquanto tiver saúde e lucidez, pretendo continuar a estudar, para entender o mundo atual. E tanto quanto minhas forças me permitirem, passar minhas experiências como pesquisador e como docente, apresentar os resultados de meus estudos para professores, alunos universitários e ao público em geral, dentro da idéia acima comentada, de contribuir, através de meu conhecimento e de minha palavra ou escrituras, para a construção de um mundo melhor e mais justo, onde meus filhos, netos e a bisneta – e de tantas outras pessoas - possam viver felizes.

NOTA

A propósito do sentido plural das “ciências geográficas”, é muito interessante o trabalho de Stanislaw Leszczycchi, denominado “Perspectivas de desenvolvimento das ciências geográficas” – *Boletim Geográfico* v. 32, n. 233, p. 64-72 CNG-IBGE, Rio de Janeiro, RJ, março-abril de 1973. Transcrição do original publicado no *Bulletin de l'UGI*, vol. XXIII, n. 2. Observe-se que, desde aquela data, havia, no plano internacional, uma preocupação com esse sentido plural dos campos da Geografia.

